

Reforma da Previdência é necessária, diz Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, destacou ontem, em encontro em Nova York com investidores brasileiros e estrangeiros, o comprometimento dos senadores com a aprovação

da reforma da Previdência.

Para Davi, o investimento do setor privado é o melhor aliado para a melhoria da economia brasileira no curto prazo. E, segundo ele, a aprovação da reforma será uma

sinalização para o mercado e para os brasileiros de que é possível confiar no desenvolvimento do país.

Ele afirmou que a proposta vai tramitar no Senado com celeridade. **2**

Para Davi, investimentos privados são melhor caminho para que a economia nacional volte a crescer a curto prazo



Raphaela Correia/Presidência do Senado

Jornal do Senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXV — Nº 5.108 — Brasília, quinta-feira, 16 de maio de 2019



Segue para sanção projeto que endurece a Lei Antidrogas

Jefferson Rudy/Agência Senado



Presidente do Senado em exercício, Antonio Anastasia comanda sessão entre Wellington Fagundes e Marcos Rogério

Texto aumenta pena mínima para chefes do tráfico, permite internação involuntária de dependente químico e possibilita venda de bens usados no tráfico de drogas antes de promovida a denúncia

O Senado aprovou ontem projeto que altera a Lei Antidrogas e mais 12 legislações sobre o tema. Entre as mudanças, estão o aumento da pena mínima para chefes do tráfico, que passa de 5 para 8 anos, e a internação involuntária de dependentes químicos por um prazo de até três meses.

Apresentado pelo ex-deputado e atual ministro da Cidadania, Osmar Terra, o projeto também prevê atenuante para o acusado se a quantidade de drogas apreendida “demonstrar menor potencial lesivo”.

Ao longo dos seis anos de tramitação no Senado, a proposta foi aprovada com alterações em duas comissões. Mas o senador Styvenson Valentim, que a relatou em outras duas comissões, decidiu resgatar o texto original para que não tivesse que voltar para análise dos deputados.

Em Plenário, alguns senadores elogiaram o projeto, que, segundo eles, vai melhorar o atendimento ao dependente químico. Para outros, no entanto, o texto ignora a política de redução de danos e vai aumentar o encarceramento. **3**

Plenário aprova novas regras para segurança de barragens

Segue para análise da Câmara dos Deputados projeto que insere dois novos objetivos na Política Nacional de Segurança de Barragens: reaproveitamento de resíduos de mineração acumulados nas barragens e desenvolvimento de novas tecnologias para reduzir produção de rejeitos.

Autora do projeto, a senadora Rose de Freitas disse que as catástrofes de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, são consequência do modelo adotado. Segundo ela, é preciso atualizar as técnicas. **5**



Rose de Freitas é autora do projeto aprovado ontem

Jefferson Rudy/Agência Senado

Audiência conjunta vai discutir a regulamentação das bitcoins

Uma audiência pública conjunta vai debater a regulação do mercado de criptoativos no Brasil sob a perspectiva da proteção ao consumidor e da defesa da ordem econômica nacional.

A Comissão de Ciência e

Tecnologia aprovou ontem requerimento de Flávio Arns para realização do debate, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos. Criptoativos são moedas virtuais como Bitcoin, Ethereum, Litecoin e Monero. **4**



Vanderlan Cardoso, presidente da CCT, ao lado de Luis Carlos Heinze

Genivaldo Menezes/Agência Senado

Mudanças na educação via MP podem ser vetadas

Proposta de emenda à Constituição que proíbe que MP altere bases da educação foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça. A Carta já veta MPs para tratar de assuntos como direito eleitoral e organização do Judiciário. **8**

Vai para a Câmara prestação de contas por concessionárias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou em decisão final projeto que exige que concessionárias e permissionárias de serviços públicos prestem contas regularmente à sociedade, com indicadores e descrição de metas. **4**

Comissão debaterá pedido de crédito do governo **7**

Fim de carência em urgências de saúde é aprovado **6**

Davi: sem reforma, Brasil está fadado ao fracasso

Em evento a investidores nos Estados Unidos, presidente do Senado salientou o compromisso da Casa com a reforma da Previdência Social e a importância do novo sistema para o futuro do país

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, destacou ontem o comprometimento dos senadores com a aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019).

Ao participar do Lide Brazilian Investment Forum, em Nova York, ele falou a um grupo de empresários e investidores brasileiros e estrangeiros sobre “O desafio do Legislativo para a retomada do crescimento”.

— Sem a reforma da Previdência, todos nós estamos fadados ao fracasso no Brasil — afirmou Davi.

O presidente do Senado reforçou a importância da comissão especial de senadores que acompanha a tramitação da reforma na Câmara dos Deputados.

Segundo ele, o conhecimento prévio do texto vai permitir celeridade na votação quando a matéria chegar ao Senado.

— A reforma da Previdência é, sem dúvida, a mais importante que todos nós poderemos ter em mente neste momento, para a gente dar tranquilidade fiscal e condição para que os investidores possam confiar no Brasil, para dar segurança jurídica capaz de fazer a roda da economia girar e a gente



Para Davi, setor privado é o melhor aliado para melhorar a economia

construir o melhor programa social que qualquer governo possa ter, que é a geração de emprego — enfatizou.

Para Davi, o investimento do setor privado é o melhor aliado para a melhoria da economia brasileira no curto prazo e a aprovação da reforma é uma sinalização para o mercado e para os brasileiros de que é possível confiar no desenvolvimento do país.

— O setor privado tem a capacidade de fazer o que o setor público não tem. A gente acredita que só o recurso do privado pode fazer a nossa economia girar a curto prazo. E nós vamos fazer a reforma da Previdência, porque ela é importante para o Estado brasileiro, não para um governo.

A reforma da Previdência vai dar a garantia para, no curto prazo, os investidores confiarem no Brasil e levarem os recursos necessários para o Estado brasileiro — argumentou.

Fórum de negócios

Realizado anualmente em Nova York, o fórum reúne empresários norte-americanos e brasileiros para gerar negócios e alavancar investimentos no Brasil. O Lide é um grupo de líderes empresariais fundado no Brasil, em 2003, com o objetivo de fortalecer a livre iniciativa e o desenvolvimento econômico e social. O grupo conta com 33 unidades regionais e internacionais.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Atos de oficiais em ações em juizados podem ser cobrados

Cidadãos com renda mais alta poderão ser obrigados a cobrir despesas por atos praticados por oficial de Justiça em ações abertas nos juizados especiais. A gratuidade de procedimentos nessa esfera judicial ficaria restrita àqueles realmente carentes. A mudança contida no PLS 227/2018, foi aprovada ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Foram 15 votos a favor, nenhum contrário e 1 abstenção. Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o texto será examinado, em seguida, pela Câmara.

A proposta, do ex-senador Hélio José, recebeu parecer favorável, com uma emenda de redação do relator, Wellington Fagundes (PR-MT). Assim, a parte interessada no cumprimento de algum ato pelo oficial de Justiça teria de antecipar o valor das custas da diligência, exceto se sua condição financeira colocá-la como beneficiária da gratuidade.

O questionamento sobre essa isenção foi endossado

pelo relator. Para Wellington, essa possibilidade torna o sistema ineficiente, “pois impõe um custo geral para a sociedade, que tende a beneficiar, proporcionalmente, mais os ricos do que os pobres”.

O senador citou a pesquisa *Perfil do Acesso à Justiça nos Juizados Especiais Cíveis*, publicada em 2015 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O levantamento traçou o perfil de demandantes dos juizados em cinco capitais (Belém, Campo Grande, Florianópolis, São Luís e São Paulo) em causas relativas a relações de consumo. A constatação foi que essas ações são dominadas por trabalhadores com nível superior, servidores e aposentados.

“Portanto, cremos mais razoável o cenário em que pessoas com condições para pagar custas e despesas processuais simplesmente o façam, subsidiando, dessa forma, aqueles mais pobres, que, se o fizessem, de fato teriam de enfrentar repercussões em seu próprio sustento ou no de sua família”, conclui o relator.

Designação de varas do DF para arbitragem vai para o Plenário

O Plenário aprovou ontem requerimento de urgência para o projeto de lei que atribui às três varas de execuções de títulos extrajudiciais do Distrito Federal competência para processar e julgar conflitos decorrentes da Lei de Arbitragem (Lei 9.307, de 1996). O PL 2.097/2019 agora terá prioridade no Plenário.

A proposta, que foi aprovada mais cedo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com parecer favorável de Leila Barros (PSB-DF), atende a recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que apresentou o texto à Câmara em 2015, considerou as varas de execuções de títulos extrajudiciais mais bem aparelhadas para atender às demandas que envolvessem a aplicação da Lei de Arbitragem — uma forma alternativa de solucionar conflitos sem recorrer à Justiça.

Voto aberto para perda de mandato vai à Comissão Diretora

O Senado poderá ter voto aberto nas análises de perda de mandato e prisão em flagrante de senador por crime inafiançável. O voto aberto também deverá ser adotado para eleição da Mesa do Senado. É o que determina o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 57/2015, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto agora segue para análise da Comissão Diretora e, na sequência, vai ao Plenário.

O projeto de resolução altera o Regimento Interno do Senado e o Código de Ética e Decoro Parlamentar e é de autoria de Reguffe (sem partido-DF).

Na CCJ, a relatora, Juíza Selma (PSL-MT), acatou parte da redação sugerida anteriormente pelo ex-senador Romero Jucá quanto à localização das mudanças nos diplomas legais. O texto original só alterava o regimento.

A nova redação incorpora decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a prisão em flagrante de senador e faz ajustes no Código de Ética.

“É indiscutível que o Regimento Interno desta Casa, cujo texto é pré-constitucional, necessita, de forma incontornável, caminhar alinhado não somente com o texto da vigente Constituição federal, mas, igualmente, com a valiosa construção jurisprudencial da nossa Corte Constitucional sobre o funcionamento interno do Senado Federal, a partir dos ditames constitucionais positivados”, diz Selma.

A votação aberta para a Mesa foi incluída por emenda de Lasier Martins (Pode-RS).

Se a proposição for definitivamente aprovada, a perda do mandato será decidida em votação aberta, por maioria absoluta. Sobre a prisão em flagrante, será por votação aberta e maioria simples.

RÁPIDAS

COLEGIADO APROVA PROPOSTA QUE ESTIMULA TURISMO RELIGIOSO NO PAÍS

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem o projeto (PL 1.308/2019) de Styvenson Valentim (Pode-RN) que inclui o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso na Política Nacional do Turismo (Lei 11.771, de 2008). Para ele, os investimentos públicos estão direcionados aos grandes centros e é preciso pulverizar esses recursos.

EXPIRA MP QUE CRIAVA A REGIÃO METROPOLITANA EM TORNO DO DISTRITO FEDERAL

A Medida Provisória 862/2018, que permite a criação de uma região metropolitana envolvendo o Distrito Federal e municípios de Minas Gerais e Goiás, perdeu a validade ontem sem ser votada. A última reunião foi em 24 de abril, quando foi adiada a votação do relatório do deputado José Nelto (Pode-GO), por falta de consenso sobre uma emenda sobre o Fundo Constitucional do DF.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Combate à LGBTfobia

9h Audiência para celebrar o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTfobia. Foram convidados o presidente da Aliança Nacional LGBTI+, Toni Reis, e a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, entre outros.

CPI DE BRUMADINHO Depoimentos

9h Joaquim Toledo e Rodrigo Melo, funcionários da Vale. Após, requerimentos.

CRE Acordos e embaixadores

9h Entre 5 itens, acordos internacionais e indicações de embaixadores.

CMO Presidente do Banco Central

10h Audiência para ouvir Roberto Campos Neto. Ele vai falar sobre a condução das políticas monetária, cambial e de crédito.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Aprovado projeto que altera Lei Antidrogas

Texto que vai à sanção é o que veio da Câmara, sem alterações feitas pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura. Intenção foi acelerar aprovação do projeto

O SENADO APROVOU ontem mudanças na política sobre drogas. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 37/2013 altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), que coordena medidas relacionadas à prevenção do uso de psicoativos, à atenção à saúde de usuários e à repressão ao tráfico. O texto reforça o papel das comunidades terapêuticas no tratamento de dependentes e facilita a internação involuntária, contra a vontade do dependente. O projeto segue para a sanção.

Apresentado pelo ex-deputado e atual ministro da Cidadania, Osmar Terra, o projeto aumenta a pena mínima para traficante que comandar organização criminosa e prevê atenuante para acusado se a quantidade de drogas apreendida “demonstrar menor potencial lesivo”. Nesse caso, a pena deverá ser reduzida de um sexto a dois terços.

Ao longo dos seis anos de tramitação no Senado, a proposta foi aprovada, com alterações, pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), mas o relator nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), senador Styvenson Valentim (Pode-RN), decidiu resgatar o texto aprovado pela Câmara.

A intenção dele foi evitar que mudanças levassem o projeto a retornar à análise dos deputados. O relator argumentou que o texto está sendo analisado desde 2010 e já passou por “exaustiva análise, tanto na Câmara quanto no Senado”.

— É um projeto de largo alcance social, que abrange as áreas de saúde, de segurança e de bens inestimáveis, como família e dignidade à pessoa humana. O problema é de conhecimento amplo. O uso da droga na atualidade é uma preocupação mundial. Entre 2000 e 2015, houve um crescimento de 60% no número de mortes causadas diretamente pelo uso das drogas — afirmou Styvenson.

Elogios e críticas

O projeto foi elogiado por vários senadores, entre eles, Eduardo Girão (Pode-CE). Para o senador, o trabalho das comunidades terapêuticas supriu um vácuo deixado pelo governo nos últimos anos. A essência do projeto, disse, é humanidade:

— Para mim, é o dia mais importante, o dia mais importante desses 103 dias no Senado. Esta matéria é da maior importância para o Brasil. Enquanto nós estamos conversando aqui, trocando ideias, há famílias e famílias sofrendo com dependentes químicos, chorando nas ruas, sem encontrar um caminho.

Humberto Costa (PT-PE) fez várias críticas ao projeto. Para ele, o texto ignora a política da redução de danos, para os casos em que a pessoa não consegue abandonar o vício. Além disso, disse, o texto nega o papel da rede de atenção psicossocial, promove o aumento do encarceramento e trata as comunidades terapêuticas como abordagem única.

— Obviamente que, como a dependência também é re-



Styvenson Valentim: análise do texto foi exaustiva nas duas Casas

sultado de inúmeros fatores, a questão precisa ser abordada de várias maneiras. Não existe uma única forma de abordar o problema. Não existe uma única maneira de tratar. Qualquer proposição que tente enfrentar o problema deve ter uma visão ampla. Esse projeto representa um retrocesso — disse o senador, que defendeu a aprovação do texto com as mudanças feitas pela CCJ.

Mudanças

Entre as mudanças que constavam do parecer aprovado pela CCJ, estava o critério objetivo para a definição de quem é usuário e traficante. Essa sugestão havia sido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como integrante da Comissão Global de Política sobre Drogas, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU).

Outra inovação do texto era a possibilidade de importação de derivados e produtos à base de canabinoides para fins medicinais.

O que muda no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Penas



Tráfico: agrava penas do acusado que atue no comando individual ou coletivo de organização criminosa. A pena mínima passa de 5 para 8 anos de reclusão. A pena máxima permanece em 15 anos. Reduz de um sexto a dois terços quando o acusado não for reincidente e não integrar organização criminosa, ou se as circunstâncias e a quantidade de droga apreendida demonstrarem o menor potencial lesivo. Caberá ao juiz avaliar caso ao caso.

Perdimento de bens



Possibilita a venda de veículos, embarcações, aeronaves, máquinas, ferramentas, instrumentos e objetos de qualquer natureza usados no tráfico de drogas antes mesmo de promovida a denúncia.

Os veículos poderão ser colocados, pelo juiz, à disposição da polícia, de comunidades terapêuticas e de outras entidades da sociedade civil atuantes no tratamento de dependentes.

Internação



O texto determina que o tratamento do usuário ou dependente de drogas ocorra prioritariamente em ambulatórios, admitindo-se a internação quando autorizada por médico em unidades de saúde ou hospitais gerais com equipes multidisciplinares.

Também é prevista a internação involuntária (ou seja, sem o consentimento do internado) de dependentes químicos por um prazo de até três meses, a pedido de um familiar ou, na falta deste, de servidor público da área de saúde, de assistência social ou de órgãos públicos integrantes do Sisnad. Atualmente, a Lei de Drogas não trata da internação involuntária de dependentes químicos.

A internação involuntária dependerá de avaliação sobre o tipo de droga, o padrão de uso e a comprovação da impossibilidade de uso de outras alternativas terapêuticas. O dependente químico poderá ficar internado involuntariamente por até 90 dias para desintoxicação. A família ou o responsável legal poderá pedir ao médico a interrupção do tratamento a qualquer momento.

Comunidades terapêuticas



O projeto incorpora “comunidades terapêuticas acolhedoras” no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. As comunidades são definidas como pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, que fazem o acolhimento do usuário ou dependente de drogas.

A adesão e a permanência são voluntárias. Usuários que possuam comprometimentos de saúde ou psicológicos de natureza grave não poderão ficar nas comunidades. O ingresso nelas dependerá sempre de avaliação médica.

Plano Individual



Em qualquer caso de tratamento, deverá ser montado um plano individual de atendimento, elaborado com a participação dos familiares ou responsáveis. Devem constar do plano os resultados de avaliação multidisciplinar, os objetivos declarados pelo atendido, as atividades de integração social ou capacitação profissional, formas de participação da família e medidas específicas de atenção à saúde.

Reinserção social



Texto prevê reserva de 3% das vagas em licitações de obras públicas com mais de 30 postos de trabalho para pessoas atendidas por políticas sobre drogas.

Também determina oferta de vagas aos usuários do Sisnad nos cursos de formação profissional oferecidos pelo Sistema S.

Imposto de Renda



O projeto permite a dedução do Imposto de Renda da pessoa física ou jurídica de até 30% de quantias doadas a projetos de atenção ao usuário de drogas, previamente aprovados pelo Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas.

Outra forma de incentivo fiscal é a doação aos fundos federal, estaduais e municipais, cujo valor poderá ser deduzido do Imposto de Renda devido no limite de 1% (empresas tributadas pelo lucro real) e 6% (pessoa física).

Semana nacional



Institui a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas. Atividades de prevenção, de atenção à saúde e a divulgação de ações para estimular o diálogo e a inserção social de pessoas devem ser reforçadas na quarta semana do mês de junho.

Informação e avaliação



A proposta estabelece que caberá à União criar e manter um sistema de informação, avaliação e gestão das políticas sobre drogas. O governo federal terá também de elaborar metas, prioridades e indicadores e adotar medidas para fortalecer a política nas fronteiras.

Já os estados terão de estabelecer e manter programas de acolhimento, tratamento e reinserção social e econômica. A elaboração de programas de prevenção caberá aos municípios.

Conselhos



O texto define como funcionarão os conselhos de políticas sobre drogas, que deverão ser instalados em cada ente federado.

Os colegiados terão vários objetivos, como ajudar na elaboração da política para o setor, colaborar com os órgãos, promover estudos e propor ações de prevenção ao uso de drogas.

Os integrantes dos conselhos serão escolhidos para mandatos de dois anos, de acordo com regras de um regulamento.



Senadores votam proposta que tramita no Congresso desde 2013 e altera a Lei Antidrogas e mais 12 leis

RÁPIDAS

TRÊS ACORDOS INTERNACIONAIS SÃO RATIFICADOS PELOS SENADORES

O Plenário aprovou ontem a ratificação de acordo firmado com as Bahamas que define regras para voos comerciais regulares entre os dois países (PDL 51/2019). Outro acordo aprovado estende a trabalhadores brasileiros e suíços, quando vivendo no território do outro país, acesso ao sistema de previdência local (PDL 57/2019). O terceiro acordo ratifica a revisão da Convenção de Kyoto, que, por exemplo, moderniza procedimentos aduaneiros (PDL 57/2019).

PEC SOBRE ALTERAÇÕES NA ALÍQUOTA DO IPI VAI PARA ÚLTIMA SESSÃO DE DISCUSSÃO

A proposta de emenda à Constituição que impede a União de aumentar ou reduzir, livremente, as alíquotas do IPI passou ontem pela quarta sessão de discussão em Plenário. A PEC 55/2015 estabelece que qualquer alteração do governo na alíquota do tributo deve ser submetida antes ao Senado. Também exige que estados, DF e municípios sejam compensados pela União caso haja redução na arrecadação do IPI.

PROJETO SOBRE PRECATÓRIOS DE ESTADOS DEVE VOLTAR PARA COMISSÃO

O Plenário retirou de pauta ontem projeto de lei que abre caminho para que os estados paguem precatórios pendentes com a União. O PLS 163/2018 deverá ser alvo de requerimento para voltar à análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi aprovado ano passado. O projeto permite que os precatórios sejam excluídos do teto de crescimento das despesas correntes anuais dos estados.

PROPOSTA SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PASSA POR DEBATE EM PLENÁRIO

Passou ontem pela segunda sessão de discussão em primeiro turno a PEC 26/2017. A proposta estabelece que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário poderão contar com um sistema de avaliação de políticas públicas. O objetivo é ajudar a formular novas políticas para o governo. A proposição é da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), com relatório elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Aumento de controle sobre concessão vai à Câmara

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça exige que concessionárias de serviços públicos, como rodovia e transporte coletivo, apresentem relatório de metas e indicadores qualitativos e quantitativos

CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS de serviços públicos poderão ser obrigadas a prestar contas regularmente à sociedade. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, o projeto que prevê a exigência (PLS 348/2015). O texto é terminativo na comissão e deve seguir para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise em Plenário.

A intenção do autor, Antonio Anastasia (PSDB-MG), é fazer com que a concessionária ou

permissionária de serviços em rodovias, transporte coletivo, aeroportos, água e energia divulgue, periodicamente, um diagnóstico atualizado da realidade do serviço, com descrição das metas a serem alcançadas e indicadores quantitativos e qualitativos.

Eficiência

Na opinião do senador, um efetivo controle de qualidade dos serviços prestados só é possível com a divulgação de metas, resultados e demais informações capazes de de-

monstrar a eficiência para atender os cidadãos.

O relator, senador Esperidião Amin (PP-SC), disse que a aprovação da proposta vai gerar um “aumento ínfimo” na relação de deveres da concessionária — o que não justifica, a seu ver, repasse de custos ao cidadão — e, em contrapartida, um “ganho expressivo” no controle da qualidade dos serviços prestados.

— Já incrementamos bastante parcerias e concessões e nunca será demais aperfeiçoar os mecanismos de avaliação para saber se o povo está sendo razoavelmente bem atendido.

Durante a discussão, Oriovisto Guimarães (Pode-PR) questionou se a exigência poderia ser aplicada às concessões de rádio e TV, pois, na avaliação do senador, a liberdade de imprensa poderia ser afetada. Autor e relator esclareceram que a mudança afeta somente às concessões que cobram pedágio ou outra tarifa.



Para o autor, Anastasia, controle de qualidade passa por transparência

Aprovado plano de MP que ajuda a criar empresa

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão mista da medida provisória que busca agilizar a abertura e fechamento de empresas. A MP 876/2019 recebeu 28 emendas de deputados e senadores.

O cronograma foi apresentado pelo relator, deputado federal Aureo Ribeiro (SD-RJ), e estabelece que serão realizadas audiências públicas com representantes de juntas comerciais, de associações comerciais e de lojistas, da OAB, do Conselho Federal de Contabilidade, do Serpro, de entidades notariais e de registradores, do Ministério da Economia, do Departamento Nacional de Registro

Empresarial e Integração, da Secretaria Especial de Desburocratização e Gestão, do Sebrae, entre outros.

Ribeiro afirmou que as audiências servirão para que o texto da MP seja aprimorado pela comissão. De acordo com o deputado, o brasileiro poderá “abrir empresa em um dia”. Ele disse ainda que as inovações darão “boa-fé a todos que querem empregar e gerar renda em nosso país”.

A comissão mista é presidida por Jorginho Mello (PR-SC), que afirmou que o brasileiro enfrenta “um calvário para dar baixa em uma empresa”.

A medida altera a Lei 8.934, de 1994, que dispõe sobre o

registro público de empresas mercantis. O objetivo é diminuir o tempo de abertura de pequenos empreendimentos, os quais representam 96% do total que procuram registro nas juntas comerciais. O texto permite que advogados e contadores declarem a autenticidade de documentos.

A MP 876/2019 permite o registro automático de empresas nas juntas comerciais e prevê o registro automático de firmas constituídas como empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) e sociedade limitada (Ltda). Com isso, o empresário já sairá da junta comercial com o número do seu CNPJ.

Com Agência Câmara

Política de preços da Petrobras será tema de debate

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem requerimento de seu presidente, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), para discutir em audiência pública a política de preços de combustíveis da Petrobras. A data ainda será definida.

O foco será o impacto sobre os consumidores e sobre a atração de investimentos em refino e infraestrutura logística. Serão chamados representantes da Petrobras, dos Ministérios da Economia e

de Minas e Energia, da Agência Nacional de Petróleo (ANP), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom).

Izalci argumentou que a política de preços da Petrobras para seus produtos, em especial para o óleo diesel, tem causado problemas para o país.

— Considerando que a volatilidade dos preços pode gerar insatisfação nos consumidores, em particular nos

caminhoneiros, devem ser avaliadas alternativas que possam garantir a preservação da política, mas dando aos consumidores previsibilidade e condições competitivas no exercício de suas atividades. Recentemente foi divulgada a sugestão da criação de um fundo de estabilização de preços. A ideia é que este fundo possa ser alimentado com parte excedente dos recursos dos royalties do petróleo, considerando que o Brasil já é superavitário na produção.

Comissões vão debater regulamentação das bitcoins

A regulação do mercado de criptoativos no Brasil será debatida sob a perspectiva da proteção ao consumidor e da defesa da ordem econômica nacional por duas comissões em audiência conjunta.

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem requerimento de Flávio Arns (Rede-PR) para realização do debate, com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os criptoativos são mais conhecidos como criptomoedas, e têm como exemplo o Bitcoin, o Ethereum, o Litecoin e o Monero. São moedas virtuais que têm origem em uma tecnologia chamada *blockchain*, um livro caixa digital, transparente, com segurança reforçada, distribuído por computadores pelo mundo. Serão convidados representantes do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Receita Federal, da Associação Brasileira de Criptoconomia

e da Associação Brasileira de Criptomonedas e Blockchain.

Arns alega que criptomonedas não são emitidas nem garantidas por banco ou autoridade monetária. No Brasil, as *exchanges*, empresas que negociam ou fazem a intermediação desses ativos virtuais, agem livremente no mercado sem supervisão ou fiscalização de órgãos governamentais.

“A falta de regulamentação e fiscalização desse setor representa sérios riscos aos consumidores e à higidez da ordem econômico-financeira, diante da possibilidade de uso de ativos virtuais para o financiamento de atividades ilegais diversas, como lavagem de dinheiro, evasão de divisas e tráfico de entorpecentes, ou mesmo para a obtenção de ganhos ilícitos em detrimento da coletividade, como a criação de pirâmides financeiras e outros mecanismos fraudulentos”, argumenta o senador.

Colegiado autoriza criação de Ride Campina Grande-Caruaru

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o relatório de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo Caruaru (PE) e Campina Grande (PB). As cidades ficam a 130 quilômetros de distância uma da outra. A análise segue para o Plenário.

A proposta (PLS 789/2015) também prevê a criação do programa de desenvolvimento do polo. Caso a proposta seja

efetivada, também haverá um conselho administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Ride, contando com representantes das cidades abrangidas e dos governos de Pernambuco e da Paraíba. Entre os focos, estarão o aproveitamento socioeconômico dos recursos hídricos das regiões de baixa renda, o fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e a fixação da mão de obra na região.

A União e os dois estados incentivarão a recuperação das terras áridas.

Oriovisto Guimarães alerta para aumento da dívida pública

Oriovisto Guimarães (Pode-PR) fez ontem um alerta de que o país está perto da falência. Ele avaliou que muitos empresários brasileiros estão redirecionando investimentos para o exterior, enquanto os estrangeiros não confiam no cenário brasileiro.

O senador ressaltou que a dívida pública aumenta numa proporção de um R\$ 1,56 bilhão por dia e, caso o cenário seja mantido, chegará ao final do ano terá crescido R\$ 500 bilhões.

— A saída só será viável quando não pensarmos em nossos interesses e abandonarmos parte da ideologia.



Alvaro anuncia voto favorável do Podemos a crédito R\$ 248,9 bi

O líder do Podemos, Alvaro Dias (PR), informou ontem que o posicionamento do partido será pela aprovação do projeto (PLN 4/2019) de crédito suplementar em que o governo pede autorização ao Congresso para quitar R\$ 248,9 bilhões em despesas correntes por meio de operações de crédito.

— Se não o aprovarmos até o final de junho, já em julho, o governo não terá recursos para pagar os benefícios da prestação continuada e outros. Em agosto e setembro, o governo já não terá recursos para o Plano Safra e para o Bolsa Família.



Aprovada proposta sobre segurança de barragens

Pelo texto, os rejeitos de mineração acumulados em barragens terão de ser reaproveitados e as mineradoras terão de empregar novas tecnologias para reduzir a produção de resíduos

O PLENÁRIO APROVOU ontem a inserção de dois novos objetivos na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB — Lei 12.334, de 2010). O projeto foi aprovado na Comissão de Infraestrutura (CI) na terça-feira e tramitou em regime de urgência no Plenário. Agora segue para a análise da Câmara dos Deputados.

Pelo PL 1.452/2019, os novos objetivos são o reaproveitamento de resíduos industriais e rejeitos de mineração acumulados nas barragens e o desenvolvimento de novas tecnologias, visando justamente reduzir a geração desses resíduos e rejeitos nas barragens.

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES), autora da proposta, disse que as catástrofes que ocorreram em Mariana e Brumadinho, ambas em Minas Gerais, têm a ver com o modelo adotado para a construção das barragens. Por isso, a importância do projeto.

— Essa proposta é extremamente pertinente, pois é preciso atualizar as técnicas de construção de barragens para a proteção do meio ambiente e da população — afirmou Rose.

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) definiu o projeto como “mais que oportuno”. Segundo ele, o projeto pode colaborar



Carlos Viana apresenta seu parecer favorável ao projeto no Plenário

com mais segurança para as populações que moram perto de barragens.

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que presidiu a sessão, classificou o projeto como importantíssimo, principalmente para Minas Gerais e Espírito Santo.

Prevenção

A senadora Juíza Selma (PSL-MT) elogiou o caráter de prevenção da proposta. Ela disse que as pessoas que morreram em tragédias com barragens não podem significar apenas números.

— É em respeito a essas famílias que aprovamos esse projeto — declarou.

O senador Carlos Viana (PSD-MG) apresentou seu

parecer em Plenário, em substituição à Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Ao apoiar a ideia, ele ressaltou que é preciso desenvolver tecnologias para reduzir a geração de rejeitos de mineração e buscar formas de reaproveitá-los. O senador lembrou que, à proposta de Rose de Freitas, foi pensada outra, o PLC 169/2017, da deputada Liliam Sá (PSD-RJ).

Carlos Viana recomendou, porém, que o projeto da deputada seja apreciado de forma separada, por tratar de temas diversos do texto principal, como o lançamento de resíduos sólidos em locais públicos. A sugestão foi acatada pelo Plenário e o projeto retoma sua tramitação autônoma.

Projeto sobre queijo artesanal vai a Plenário com urgência

O Plenário aprovou ontem regime de urgência para o projeto que disciplina a produção e a comercialização de queijo artesanal. O PLC 122/2018, do deputado Zé Silva (SD-MG), foi aprovado pela manhã, na Comissão de Agricultura (CRA).

O relator, senador Lasier Martins (Pode-RS), destacou que o projeto busca reduzir a burocracia para que o produtor rural possa vender sua produção no mercado interno e até mesmo no exterior, se atender às exigências internacionais. Para ele, a iniciativa é um grande avanço na redução das dificuldades burocráticas que os pequenos produtores enfrentam para ofertar o produto em todo o território nacional.

O texto considera artesanal o queijo elaborado a partir de métodos tradicionais e com leite da própria fazenda. No caso de assentamentos familiares, a matéria-prima pode vir de produtores localizados até 5 quilômetros da queijaria. O projeto não fixa uma regra para a origem do leite usado na produção do queijo de cabra ou ovelha. Também não considera artesanal o queijo elaborado em indústrias de laticínios.

De acordo com o texto, o queijeiro artesanal deve preservar a cultura regional na elaboração do alimento, empregar técnicas

tradicionais e observar um protocolo específico para cada tipo e variedade. O produtor é responsável pela identidade, qualidade e segurança sanitária do queijo e deve cumprir as exigências estabelecidas pelo poder público.

Leite cru

O projeto permite a produção de queijo a partir do leite cru, que não passa por processo de pasteurização ou esterilização, mas a queijaria precisa ser certificada como livre de tuberculose e brucelose. Os produtores de queijo e leite usado como matéria-prima precisam participar de programa de controle de mastite animal, implantar programa de boas práticas agropecuárias, controlar a qualidade da água usada na ordenha e rastrear os produtos.

O governo federal deve fixar um protocolo para cada tipo e variedade de queijo artesanal, regulamentar métodos de maturação, rotulagem, acondicionamento e transporte do produto. Em conjunto com estados e municípios, a União deve criar uma plataforma eletrônica para cadastrar os produtores licenciados. O mesmo cadastro deve reunir informações sobre os fornecedores de leite e os registros de vacinação dos animais.

Inclusão da bacia do Capibaribe na Codevasf segue para Câmara

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem, em caráter terminativo, o projeto do senador Humberto Costa (PT-PE) que inclui a Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe, em Pernambuco, na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). O PL 1.121/2019 segue para a

Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que passe antes pelo Plenário.

O relator na CDR foi o senador Otto Alencar (PSD-BA), que lembrou que a Bacia Hidrográfica do Capibaribe abrange um total de 42 municípios, com parte deles já incluídos no projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste.

Subcomissão de Belo Monte se reúne com prefeitos paraenses

Foi instalada ontem, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), uma subcomissão com o objetivo de avaliar o andamento das obras e os impactos socioambientais causados pela Usina de Belo Monte (PA).

O presidente será Zequinha Marinho (PSC-PA), que já adiantou que irá na sexta-feira para Medicilân-

dia (PA), onde iniciará sua agenda por diversos municípios impactados pela obra, reunindo-se com representantes locais até domingo.

— No sábado à noite vou me reunir com os 12 prefeitos afetados direta e indiretamente pela construção da usina, na cidade de Porto de Moz (PA). Terei um panorama atualizado, um balanço com todos os dados.

Adiada votação de parecer sobre ajuda a vítimas

Por falta de quorum, a reunião da comissão mista que analisa a medida provisória de ajuda a vítimas de Brumadinho (MG), marcada para ontem para votar o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), não foi realizada. A expectativa é que o colegiado volte a se reunir na terça-feira.

A MP 875/2019 institui auxílio emergencial pecuniário para famílias residentes de Brumadinho que sejam beneficiárias do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou da Renda Mensal Vitalícia, programas sociais do governo federal.

O auxílio emergencial

consiste no pagamento de R\$ 600, em parcela única, a cerca de 2.280 famílias. O impacto financeiro será de R\$ 1,37 milhão.

Os recursos são de responsabilidade do Ministério da Cidadania e, futuramente, devem ser ressarcidos por aqueles que vierem a ser identificados como responsáveis pelo desastre, ocorrido em janeiro.

Das 30 emendas apresentadas, duas foram acatadas pelo relator. Uma delas enfatiza a inclusão dos beneficiários residentes na área rural de Brumadinho como aptos a receberem o auxílio pecuniário.

Outra emenda busca ga-

rantir a manutenção e a elegibilidade dos atuais beneficiários dos diversos programas sociais — como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Prouni, Minha Casa, Minha Vida ou outros ofertados atualmente pelo poder público — após o recebimento dos auxílios e indenizações em razão da ruptura da barragem em Brumadinho.

O relator sugeriu que o prazo para o saque do auxílio seja renovado. Conforme o relatório, o valor do auxílio poderá ser sacado em até 180 dias após a data da publicação da MP. A comissão mista é presidida pelo deputado Padre João (PT-MG).

CPI ouve dois gerentes da Vale envolvidos na tragédia

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho vai ouvir hoje, a partir das 9h, dois gerentes da mineradora Vale: Joaquim Pedro de Toledo e Rodrigo Artur de Melo.

Toledo, gerente-executivo de Geotecnia Operacional, teve decretada sua prisão temporária depois do rompimento da barragem de Brumadinho, por sua posição de responsabilidade quanto

à segurança da estrutura. Melo, gerente-operacional no complexo do Rio Paraopeba, era responsável direto pelo monitoramento da barragem e também foi preso temporariamente dois dias depois.

Fim de carência em urgência de saúde vai para a Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em decisão final, proposta que isenta o consumidor de plano de saúde a cumprir prazos quando for necessária pronta intervenção médica emergencial

O CONSUMIDOR QUE tem plano de saúde pode ficar isento do cumprimento dos prazos de carência nos casos de urgência e emergência. O benefício é proposto em projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 502/2017), da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), altera a Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656, de 1998) para vedar mecanismos que dificultem o atendimento de urgência e emergência. A iniciativa também reduz para 120 dias o período de carência nas internações hospitalares. Aprovado em caráter terminativo, o projeto deve seguir para a Câmara dos Deputados.

Atualmente os prazos máximos de carência definidos pela legislação são de 24 horas para atendimentos de urgência e emergência, 300 dias para parto, e 180 dias para cirurgias.

Embora a fixação de períodos de carência proteja as operadoras contra eventuais abusos e fraudes do consumidor, Rose argumenta que a restrição não pode inviabilizar



Relator, Mecias de Jesus cobrou celeridade no atendimento dos planos

o atendimento de saúde em circunstâncias excepcionais e imprevisíveis, que exijam solução imediata. “É o caso das urgências e emergências, que, se não forem tratadas a tempo, podem acabar por tornar inócua a finalidade primordial do contrato, a de resguardar a saúde e a vida”, destaca na proposta.

O relator, senador Mecias de Jesus (PRB-RR), considera injustificável o plano de saúde não cobrir um problema de saúde que surja nas primeiras 24 horas do contrato e exija pronta intervenção médica.

“Retirar esse direito do

usuário consumidor seria colocar em risco sua vida ou incolumidade física. Evidentemente, não se trata de permitir fraudes ao plano de saúde, que, no momento da contratação, poderá verificar se o potencial consumidor está em situação de urgência ou emergência previamente constituída”, pondera. Mecias apresentou emenda de redação para retirar do texto a palavra “regulação”. Ele explicou que o termo poderia gerar interpretação dúbia e ser confundido com “proibir classificações de risco e priorização de pacientes em serviços de urgência e emergência”.

Instaladas subcomissões para doenças raras, deficiência e idoso

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) instalou e elegeu ontem presidentes de três subcomissões: a Subcomissão Temporária de Doenças Raras, presidida pela senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, pelo senador Flávio Arns (Rede-PR), e a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, por Eduardo Gomes (MDB-TO). Todas as três terão o senador Romário (Pode-RJ) como vice-presidente.

O objetivo das subcomissões é estudar políticas públicas específicas para cada uma

das três áreas, nos âmbitos interdisciplinar e multidisciplinar. Flávio Arns ressaltou a importância da participação da sociedade nesse trabalho e destacou que a solução de uma área contribuirá com a outra, a fim de mudar a situação das pessoas com doenças raras, das pessoas com deficiência e dos idosos em todo o Brasil.

— Nós passamos, mas a política pública tem que ser perene. Vamos lutar e este grupo aqui está decidido a mudar a realidade dessas famílias em todo o país — afirmou.

Presidente da CAS, Romário se colocou à disposição para colaborar com os trabalhos.

Avança proposta que beneficia portadores de neurofibromatose

A neurofibromatose poderá ser equiparada às deficiências físicas e intelectual para fins de concessão de benefícios. O PL 410/2019, do deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia, a neurofibromatose é uma síndrome que afeta uma em cada 5 mil pessoas e atinge especialmente a pele e o sistema neurológico. Ainda não existe tratamento que garanta a cura.

Criação do Cadastro Nacional de Idosos segue para sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que cria o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa Idosa, com informações para caracterização socioeconômica desse grupo da população. O PLC 170/2017 segue agora para a sanção.

A proposta, da deputada Leandre (PV-PR), acrescenta dispositivos ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003) para permitir coleta, processamento e sistematização de informações, inclusive georreferenciadas, que permitam a identificação da população idosa do país. O objetivo é elaborar diagnósticos sobre quais dificuldades eles enfrentam para exercer plenamente seus direitos.

O texto aprovado trouxe uma emenda da relatora, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), que permite que estados e municípios administrem esse banco de dados. Originalmente, a atribuição seria apenas do governo federal.

O Plenário entendeu que essa modificação não altera o mérito do projeto

e, portanto, ele não precisa voltar para a Câmara dos Deputados.

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) considerou que a emenda não tem natureza de redação, mas de mérito. Além disso, segundo ele, seria mais adequado manter o comando original, de apenas o governo federal administrar os dados, mas a maioria discordou.

Planejamento

Pela manhã, o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde também foi relatado por Rose, e seguiu imediatamente para o Plenário.

“Esse cadastro se transformará em uma importante ferramenta de gestão para que o poder público possa ter a real visão de quem são e, principalmente, quantas são as pessoas que se encontram nessa condição e, com isso, permitir, em todos os níveis de governo, um melhor planejamento para direcionar esforços e (ou) recursos”, afirma a senadora no seu parecer.

Adiada votação sobre benefícios para dependente com doença rara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou a votação de projeto que pretende conceder benefícios fiscais aos contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) que tenham dependentes com doenças raras. Essa medida está no Projeto de Lei 682/2019, cuja votação foi adiada a pedido da senadora Juíza Selma (PSL-MT). Ela solicitou vista, a fim de apresentar uma emenda que ampliará os beneficiados com a medida.

Apresentado por Flávio Arns (Rede-PR), o projeto garante ao contribuinte a duplicação do valor do desconto por dependente com doença rara.

As doenças raras atingem 65 a cada 100 mil pessoas, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS). O senador chamou a atenção ainda para o fato de que os medicamentos disponíveis para tratamento têm um custo inviável de aquisição por muitas famílias.

A relatora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), reconhece a necessidade de aprovação. Após ser votado na CAS, o texto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que fará a análise econômica e orçamentária do impacto da renúncia fiscal e outras questões de cunho econômico.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão fará debate sobre crédito do Executivo para quitar R\$ 248,9 bilhões

Senadores e deputados pretendem analisar alternativas para evitar aumento da dívida da União para pagamento de despesas correntes

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) realizará novo debate a respeito do projeto de crédito suplementar que autoriza o Executivo a quitar, por meio de operações de crédito, despesas correntes de R\$ 248,9 bilhões (PLN 4/2019).

A audiência pública foi sugerida pelo deputado Hildo Rocha (MDB-MA), relator da proposta. O líder do governo no colegiado, deputado Claudio Cajado (PP-BA), afirmou que o Executivo não se opõe ao debate, mas pediu pressa na avaliação do texto e sugeriu a votação já na próxima semana.

A Constituição proíbe a realização de operações de crédito (emissão de títulos públicos) que excedam as despesas de capital (investimentos e amortizações de dívida). Essa “regra de ouro” só pode ser contornada por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade específica e aprovados por maioria absoluta — pelo menos 257 deputados e 41 senadores. É esse o objetivo do projeto.

Segundo o relator, não haveria necessidade de o Congresso Nacional autorizar o total do pedido feito pelo Executivo,



Presidente da CMO, Marcelo Castro (E) coordenou encontro de ontem

baseado na previsão do Orçamento de 2019. Em audiência anteontem, o governo informou que, até o momento, são necessários R\$ 146,7 bilhões. O novo debate serviria, segundo o relator, para verificar se é possível obter recursos de outras fontes para não aumentar a dívida.

Falta de dinheiro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse acreditar que o projeto será aprovado. Caso contrário, segundo ele, não haverá dinheiro para aposentadorias e pensões, para financiar a próxima safra agrícola e para benefícios de pessoas carentes.

— Se não aprovar, o Congres-

so terá travado esses gastos. É uma decisão que cabe aos deputados e senadores — disse.

Segundo o Tesouro Nacional, há urgência na aprovação da proposta. Os recursos orçamentários para aposentadorias e pensões dos trabalhadores urbanos pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acabarão em agosto. O Plano Safra será afetado em maio. O Benefício de Proteção Continuada (BPC) ficará sem dinheiro em junho. O Bolsa Família, em agosto.

A expectativa é que situações semelhantes ocorram pelo menos até 2022. Por isso, o governo incluiu na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN

5/2019) para 2020 tanto as despesas condicionadas a projeto de crédito suplementar quanto a autorização para, por ato do Executivo, pagar essa conta com receitas não oriundas de operações de crédito.

Rondônia

A CMO aprovou ontem em Medida Provisória 865/2018, que abriu crédito extraordinário de R\$ 225,71 milhões para ações decorrentes da intervenção federal em Roraima, devido à crise na segurança e nas finanças do estado. A MP perde eficácia no dia 29, mas o dinheiro já foi gasto. O texto segue para análise da Câmara dos Deputados. Se aprovado, vai ao Senado.

Também está na pauta da comissão crédito suplementar (PLN 6/2019) de R\$ 236,6 milhões para o Poder Judiciário e para o Ministério Público.

Vices

O senador Elmano Férrer (Pode-PI) foi eleito ontem segundo-vice-presidente da CMO. O primeiro-vice será o deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS).

Da Agência Câmara

Vai à Câmara texto sobre despesas com organizações civis

Estados e municípios podem ser desobrigados de contabilizar como despesa de pessoal valores decorrentes de contratos com organizações da sociedade civil (OSC) que atuem na atividade-fim. É o que prevê o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 219/2019, aprovado ontem no Plenário. O texto susta uma portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), editada em abril, que criou essa obrigação. O projeto segue agora para a Câmara.

A portaria estabelece que os entes federados precisam avaliar e adequar os contratos e as prestações de contas das OSC até 2020. Os valores transferidos às organizações não serão computados na despesa total com pessoal nos exercícios de 2018 a 2020, mas em 2021 a nova regra já terá de ser seguida. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), essa medida tem impacto direto sobre os municípios.

Muitos deles, segundo a confederação, têm dificuldade para manter o limite da receita corrente líquida comprometida com a despesa de pessoal, que é de no máximo 54% pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Rogério Carvalho (PT-SE), autor do projeto, a lei já estabelece essa regra para contratos de terceirização, mas o dispositivo não pode ser estendido para as OSC, porque no primeiro caso, há oposição de interesses entre contratante e contratado. No caso dos contratos com as organizações, o interesse é o mesmo: a realização de serviços públicos.

Moro no STF não foi pré-acordo, defende Marcos Rogério

A indicação do atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, à próxima vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro, era uma intenção antiga, de muito antes do resultado das eleições, defendeu ontem Marcos Rogério (DEM-RO).

— São muitos os que querem fragilizar as decisões judiciais de Moro, justamente por ele ter tido a coragem de condenar homens poderosos da República — disse o senador.



Propaganda estimula uso de cigarro, conclui debate

A aprovação do projeto que amplia as medidas de combate ao fumo vai tirar o poder de propaganda dos cigarros, oferecidos em embalagens luminosas, dispostas ao lado de doces nos pontos de venda, como forma de atrair crianças e adolescentes e estimular o vício precoce do tabagismo. A avaliação foi feita pela secretária-executiva da Comissão de Implementação da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Controle do Tabaco, Tânia Cavalcante. Em audiência ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Tânia afirmou que o texto do PLS 769/2015 aprimora a implantação da Política Nacional de Controle do Tabaco.

— A convenção-quadro se contrapõe a práticas que tornam o tabagismo uma doença pediátrica, uma epidemia que causou 100 milhões de mortes no século 20.

O projeto, do senador José Serra (PSDB-SP), proíbe qualquer propaganda de cigarros, mesmo nos espaços de venda, e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a produtos como fumo para narguilé e charutos. O texto também impõe padrão gráfico único às embalagens



Na opinião de Simone Tebet (D), lucro não pode valer mais que vidas

e configura como infração de trânsito fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos. Relatora do projeto, Leila Barros (PSB-DF) disse estar “completamente atenta” ao debate.

Tânia afirmou que a proposta não contribui para o aumento do contrabando, que poderá ser combatido com a implementação do protocolo previsto na convenção-quadro da OMS, já ratificada pelo Brasil e que reúne mais de 180 países.

Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Glória Latuf destacou que os aditivos mascaram o sabor e o odor desagradável do cigarro e a aspereza da fumaça. Há substâncias como a amônia, que aumenta a dependência.

— Os aditivos são proibidos

em mais de 40 países. Alguns cigarros chegam a ter mais de 200 aditivos. O mentol é um deles, que reduz fumaça e favorece o uso pelo iniciante, aumenta a recepção cerebral da nicotina — afirmou.

O presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), Iro Schünke, disse que as medidas previstas no projeto de Serra não funcionam.

— A embalagem hoje já é 65% coberta por imagens de advertência. A população já está informada que cigarro faz mal para a saúde. Nos pontos de venda já há restrições. Mas o mercado ilegal vende a quem quiser e ao preço que quiser, com crianças envolvidas nas vendas. O mercado ilegal tem 54% dos fumantes, o que gera

Protesto é expressivo, diz Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem a declaração do presidente Jair Bolsonaro sobre os participantes da Greve Nacional da Educação, que aconteceu ontem. Bolsonaro se referiu aos manifestantes como “idiotas úteis”. Para o senador, a afirmação mostra que o presidente está alheio ao que se passa no país.

— É extremamente expressivo o protesto dos brasileiros contra o corte de verbas, que se deu pelo absurdo argumento de que as universidades promovem balbúrdia.

Não há projeto para educação, avalia Veneziano

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) criticou ontem o tratamento que o governo federal vem dando à educação. Segundo ele, o Brasil tem indicadores da educação “sofribéis”, se comparado a países com economia semelhante. Nesse cenário, ao invés de aumentar o investimento no setor, o governo anuncia cortes de orçamento. Veneziano disse sentir “repugnância” pelo discurso de Bolsonaro, que chamou os manifestantes que saíram às ruas contra os cortes de verbas de “idiotas úteis”.

Paim parabeniza juventude por manifestação

Paulo Paim (PT-RS) destacou que o dia de ontem precisa ficar na história e exaltou os jovens e instituições de educação que participam da manifestação pela educação no país.

— Eu daria hoje [ontem], por esse belo movimento, a medalha de primeiro lugar para a nossa juventude, os professores do nosso país e os funcionários da área de educação. Não podemos abrir mão do ensino técnico, do ensino universitário, da pesquisa, se quisermos de fato ser um país com desenvolvimento.

Vai a Plenário proibição de alterar educação por MP

Proposta insere na Constituição as bases da educação nacional entre os temas que não podem ser mudados por medida provisória, como direito eleitoral e organização do Judiciário e do Ministério Público

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição que proíbe a edição de medidas provisórias que alterem bases da educação nacional. A PEC 19/2017, da ex-senadora Fátima Bezerra, foi relatada pelo senador Cid Gomes (PDT-CE) e segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário.

Medidas provisórias são instrumentos com força de lei imediata, editados pelo presidente da República em casos considerados de urgência, que dependem de aprovação do Congresso Nacional para valer definitivamente. No entanto,

a Constituição veda a edição de MPs para tratar de alguns assuntos, como direito político e eleitoral, organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, entre outros. A pretensão da proposta é inserir nesse rol de proibições a edição de MP para modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394, de 1996).

“Iniciativas que envolvam a organização dos sistemas de ensino e a fixação de grades curriculares não têm aplicação prática imediata. Não há como alterar imediata e magicamente a realidade, em matérias que demandam a reorganização de estruturas, o



Relator, Cid Gomes é favorável à aprovação da proposta

manejo de recursos humanos e a alocação dos recursos materiais necessários a fazer face ao novo quadro normativo, seja nos sistemas públicos, seja entre os prestadores privados”, reforça Cid em seu relatório.

Mobilização por ensino tem apoio de senadores

As manifestações e a greve geral que ocorreram ontem em várias cidades em protesto contra os cortes nas verbas de universidades e institutos federais e de bolsas de pesquisa anunciados pelo governo receberam o apoio de senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Professores, estudantes e trabalhadores da educação protestam contra as declarações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que associou o bloqueio de recursos a atos de “balbúrdia”. Depois,

alegou que a arrecadação de impostos é menor do que a prevista. Para Weverton (PDT-MA), é “chantagem” condicionar os recursos à aprovação da reforma da Previdência.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), disse que contingenciar verbas de universidades sob o argumento de que seriam locais de balbúrdia é notadamente ilegal.

Segundo Flávio Arns (Rede-PR), o governo precisa buscar o diálogo. Mesmo em momentos de crise, educação é prioridade absoluta, afirmou.

— A manifestação do povo é muito boa, sem violência, ou conflitos.

Para Rose de Freitas (Pode-ES), o Senado deve ajudar a resgatar o orçamento das universidades.

— Vamos votar reformas por compromissos, mas da educação não se pode tirar um tostão sequer.

Na avaliação de Marcos Rogério (DEM-RO), é preciso rever alguns problemas no funcionamento das universidades, mas nada justifica o contingenciamento de verbas.



Manifestação de alunos, professores e servidores da educação contra decisão do governo de bloquear verbas

Comissão fará debate sobre demissão de servidor

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu ontem adiar a votação do projeto que regulamenta a demissão de servidores públicos concursados e estáveis por insuficiência de desempenho no trabalho. O PLS 116/2017— Complementar é da senadora Maria

do Carmo Alves (DEM-SE). No entanto, os senadores pediram mais tempo para discutir o assunto.

Pelas regras atuais, os servidores públicos admitidos por concurso público adquirem estabilidade após três anos de serviço e avaliações periódicas de desempenho.

Depois disso, só podem ser exonerados após processo administrativo disciplinar ou decisão judicial. Uma terceira possibilidade, a demissão por mau desempenho, foi incluída na Constituição em 1998 e ainda aguarda a regulamentação para poder ser colocada em prática.

Kajuru questiona suspensão de corte de verbas

Jorge Kajuru (PSB-GO) questionou se o presidente da República, Jair Bolsonaro, orientou, durante reunião com líderes partidários, a suspensão do corte orçamentário para as universidades federais. Ele disse ter a impressão de que a conversa do presidente com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não existiu.

— Dá-se a impressão de que ele não falou com ninguém por telefone, porque veio o desmentido, logo depois, de que o presidente não suspendera absolutamente nada — afirmou.

Para Jean Paul, insatisfação é generalizada

A Greve Nacional da Educação atesta a indignação da população contra as medidas do governo, afirmou ontem o senador Jean Paul Prates (PT-RN). O senador ressaltou que a paralisação foi, inicialmente, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. No entanto, salientou, a insatisfação se tornou generalizada e o movimento cresceu, unindo estudantes e professores da educação básica e superior, das redes pública e privada.

É hora de todos pelo Brasil, afirma Zenaide Maia

Zenaide Maia (Pros-RN) se manifestou ontem contra o contingenciamento de verbas na educação. Para ela, tirar recursos da educação não é a saída para melhorar a economia do país. A senadora destacou que o povo precisa ser aplaudido pelas manifestações, que, segundo ela, não são particularmente contra o governo Bolsonaro. Ela ressaltou que “é a hora de todos pelo Brasil”.

Zenaide também propôs que o Congresso apresente propostas para incentivar a economia do país.